

**TPPF - TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX
ANTONINA - PARANÁ**

**Relatório de execução de oficinas e abordagens individuais junto
às comunidades pesqueiras para divulgação da obra de ampliação
do cais**

Março/2016



1.	APRESENTAÇÃO	5
1.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL	5
2.	METODOLOGIA	9
2.1.	ARTICULAÇÃO E DIVULGAÇÃO	12
3.	AÇÕES EXECUTADAS E RESULTADOS	17
3.1.	REUNIÕES	17
3.1.1.	THEATRO MUNICIPAL DE ANTONINA	17
3.1.1.1.	Compilação da percepção do público participante	19
3.1.2.	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PONTA DA PITA	21
3.1.2.1.	Compilação da percepção do público participante	25
3.2.	ABORDAGEM DOMICILIAR	33
3.3.	CAIXA DE SUGESTÕES	41
4.	CONCLUSÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES	44
5.	REFERÊNCIAS	47
6.	ANEXOS	48
7.	RESPONSABILIDADE	49



FIGURA 1 – SEDE ATUAL DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-8 DE ANTONINA.	12
FIGURA 2 – CARTAZ AFIXADO EM BAR/LANCHONETE LOCALIZADO NA PRAIA DOS POLACOS.	14
FIGURA 3 – CARTAZES AFIXADOS NA COLÔNIA DE PESCA Z-8 DE ANTONINA, DIVULGANDO AS REUNIÕES PREVISTAS.	14
FIGURA 4 – CARTAZES AFIXADOS NA RODOVIÁRIA DE ANTONINA, DIVULGANDO AMBAS AS REUNIÕES PREVISTAS.	14
FIGURA 5 – CARTAZES AFIXADOS EM PEIXARIA LOCALIZADA NA FRENTE DE UM POSTO DE DESEMBARQUE NO MERCADO MUNICIPAL DE ANTONINA.	15
FIGURA 6 – CARTAZ AFIXADO EM MERCADO NO BAIRRO PRAINHA, ANTONINA/PR.	15
FIGURA 7 – CARTAZ AFIXADO EM COMÉRCIO NO BAIRRO PONTA DA PITA.	15
FIGURA 8 – CARTAZ AFIXADO NA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES PONTA DA PITA.	16
FIGURA 9 – THEATRO MUNICIPAL DE ANTONINA, LOCAL DA PRIMEIRA REUNIÃO AGENDADA COM A COMUNIDADE PESQUEIRA EM 22/01/2016.	17
FIGURA 10 – EXPOSIÇÃO DIALOGADA REALIZADA COM OS PARTICIPANTES PRESENTES NO THEATRO MUNICIPAL DE ANTONINA.	18
FIGURA 11 – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PONTA DA PITA, LOCAL DA SEGUNDA REUNIÃO AGENDADA COM A COMUNIDADE PESQUEIRA.	21
FIGURA 12 – APRESENTAÇÃO INICIAL E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE INTRODUTÓRIA DE DESCONTRAÇÃO.	22
FIGURA 13 – EXPOSIÇÃO DIALOGADA SOBRE A OBRA DE AMPLIAÇÃO DO CAIS DO TPPF.	23
FIGURA 14 – PÚBLICO PARTICIPANTE (HAVIA PRESENTES DENTRO E FORA DA SALA, DEVIDO AO FORTE CALOR NO DIA).	23
FIGURA 15 – PREENCHIMENTO DAS TARJETAS COM O AUXÍLIO DA EQUIPE DE TRABALHO.	24
FIGURA 16 – DISCUSSÃO DAS TARJETAS APRESENTADAS DURANTE O MÉTODO “CHUVA DE IDEIAS” E RESULTADO FINAL.	25
FIGURA 17 – ATIVIDADE DE PREENCHIMENTO DO MAPA DOS RECURSOS PESQUEIROS.	31
FIGURA 18 – ABORDAGEM DOMICILIAR NA VILA DOS POLACOS.	34
FIGURA 19 – ABORDAGEM A UMA FAMÍLIA NO PORTINHO QUE SE ENCONTRAVA REALIZANDO A LIMPEZA DO SIRI E PREPARO DE PETRECHOS.	35
FIGURA 20 – ABORDAGEM DE PESCADORES NO BAIRRO PORTINHO.	35
FIGURA 21 – ABORDAGEM DE MULHERES QUE TRABALHAM NA LIMPEZA DO SIRI NA COOPERATIVA LOCALIZADA NO PORTINHO (PESCADORAS E/OU ESPOSAS DE PESCADORES).	35
FIGURA 22 – ABORDAGEM DE PESCADOR NA LOCALIDADE CABRAL/PORTINHO COM DETALHE PARA O BARCO UTILIZADO, ATRACADO NO TERRENO.	36
FIGURA 23 – ABORDAGENS REALIZADAS NO BAIRRO TUCUNDUVA DE BAIXO.	36



**Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. - Ampliação do cais
Relatório de execução de oficinas junto às comunidades
pesqueiras para divulgação da obra de ampliação do cais**

FIGURA 24 – ABORDAGENS REALIZADAS NO BAIRRO PENHA, COM DETALHE PARA O LOCAL EM QUE OS BARCOS FICAM ATRACADOS E AO FUNDO, UMA DAS ILHAS USADAS PARA PESCA.....37

FIGURA 25 – ABORDAGENS REALIZADAS NO BAIRRO PONTA DA PITA, COM DETALHE PARA OS LOCAIS EM QUE OS BARCOS FICAM ATRACADOS.38

FIGURA 26 – ENTREGA DA CAIXA DE SUGESTÕES AO PRESIDENTE DA COLÔNIA Z-8 E REGISTRO DA MESMA À DISPOSIÇÃO PARA RECEBIMENTO DOS VOLANTES PREENCHIDOS.41



1. APRESENTAÇÃO

O presente documento aborda o resultado das ações realizadas junto à comunidade pesqueira de Antonina no âmbito do licenciamento ambiental da ampliação do cais da empresa Terminais Portuários da Ponta do Félix (TPPF), em atendimento às condicionantes e exigências contidas nos Pareceres técnicos nº 02019.000067/2015-65 IBAMA NLA/PE/IBAMA, nº 02019.000154/2014-31 PE/NLA/IBAMA, Estudo Ambiental de ampliação do Cais e Licença Prévia nº 514/2015, emitidos/aprovados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Este relatório é parte integrante do pedido de Licença de Instalação da ampliação do cais da TPPF, especificamente do memorial de atendimento das condicionantes da LP nº 514/2015.

1.1. Contextualização regional

A Baía de Antonina possui uma área de 35 km² e uma profundidade média de 1,9 m, com máxima de 8 metros, e nela deságuam os rios Cachoeira e Nhundiaquara. Consiste em um local de reprodução, crescimento e alimentação de diversas espécies, como peixes, camarões e outras espécies aquáticas de importância econômica e ecológica (VALE JR, 2006).

De acordo com Vale Jr (2006) *apud* Franco (2004), existem basicamente seis vilas de pescadores no Município de Antonina: Vila Graciosa, Vila Portinho, Ponta da Pita, Vila Itapema, Tucunduva e Vila dos Polacos, onde se concentra a maior parte dos pescadores da região. Estas comunidades abrigam populações tradicionais da região litorânea e estuarina no Paraná, as quais, de acordo com o artigo 3º da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, se enquadram como grupo culturalmente diferenciado e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e



usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Diegues (2004) define populações tradicionais, atribuindo a elas a associação de uma ou mais das características listadas a seguir:

- a) Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um "modo de vida";
- b) Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) Noção de "território" ou espaço onde o grupo social se reproduz economicamente e socialmente;
- d) Moradia e ocupação do "território" por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de "mercadorias" possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado;
- f) Reduzida acumulação de capital;
- g) Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;



- j) Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) Autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

No contexto local observa-se a existência de pessoas exclusivamente pescadores/marisqueiras, envolvidas em atividades econômicas de pequena escala, que se baseiam no uso de recursos naturais renováveis, e pessoas que associam à atividade pesqueira, de forma complementar a outra atividade econômica (no setor portuário ou no ramo da construção civil).

No âmbito do processo de licenciamento a consideração de uma abordagem junto às comunidades pesqueiras tradicionais, e a inclusão participativa destes atores no processo de desenvolvimento de medidas ambientais aplicáveis a região, no contexto dos impactos do empreendimento, contribuem para um processo de transformação local, mais harmonioso.

Em relação ao empreendimento, o Estudo Ambiental (EA) da ampliação do cais e documentos complementares apresentados junto ao processo de licenciamento prévio, estabeleceram como medida preventiva ao impacto de "comprometimento temporário da capacidade pesqueira no entorno do empreendimento" a realização de oficinas/reuniões com os pescadores artesanais para a divulgação do projeto, medidas/programas ambientais previstos, avaliação e discussão de situações vivenciadas pela comunidade que afetam ou podem afetar a atividade principal (pesca), considerando principalmente o foco no empreendimento a ser implantado (3º berço de atracação).

Portanto, previamente à elaboração do PBA e à solicitação da licença de instalação do empreendimento foram previstas duas oficinas com as



**Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. - Ampliação do cais
Relatório de execução de oficinas junto às comunidades
pesqueiras para divulgação da obra de ampliação do cais**

comunidades de pescadores da área de influência da TPPF, apontadas no EA, buscando atender as recomendações dos pareceres técnicos associados ao processo, bem como realizar diagnóstico complementar a fim de fortalecer e direcionar ações no âmbito dos programas de educação ambiental, comunicação social e de subprograma de educação ambiental, apoio e compensação à pesca artesanal, integrantes do respectivo PBA.



2. METODOLOGIA

Inicialmente o planejamento das oficinas/reuniões considerou o resgate do histórico do licenciamento, mais precisamente a produção técnica do Estudo Ambiental (EA) da ampliação do cais, com foco na descrição do projeto, diagnóstico, impactos e programas do meio socioeconômico, e mais diretamente a avaliação das comunidades tradicionais associadas à atividade de pesca na região do empreendimento. Adicionalmente, visando cumprir com as premissas do órgão licenciador (IBAMA), foram considerados os documentos oficiais emitidos por este (pareceres técnicos), e paralelamente as complementações providenciadas pelo empreendedor que possibilitaram a emissão da Licença Prévia nº 514/2015.

A partir do conhecimento do histórico completo do processo de licenciamento, especialmente quanto às comunidades pesqueiras, foram traçadas as estratégias de articulação com as comunidades locais para a realização de duas oficinas elucidativas sobre a obra de ampliação do cais, com a finalidade de conhecimento dos principais anseios, opiniões e contribuições da comunidade frente aos impactos previstos, e desenvolvimento e aplicabilidade das medidas propostas, considerando o caráter participativo desta população no processo de licenciamento.

De acordo com Drumond (2002) diferentes ferramentas são utilizadas para buscar informações, provocar reflexões, levantar problemas, planejar conjuntamente, avaliar o processo e mobilizar a comunidade, dentro das mais diversas realidades encontradas.

O processo educativo proposto para atuar junto à comunidade pesqueira levou em consideração os seguintes aspectos:



- ✓ O respeito a todos os saberes tradicionais, praticando a dialogicidade, proposta por Freire (1987);
- ✓ A construção coletiva dos conhecimentos, integrando o conhecimento tradicional local com o científico;
- ✓ O desenvolvimento da criticidade dos sujeitos, de forma a levar à emancipação e à participação cidadã.

Para socialização de informações nas oficinas a serem realizadas, a metodologia escolhida foi a “Exposição Dialogada”, a qual permite que os participantes não só aprendam novos conteúdos, mas também pratiquem suas habilidades, tendo em vista que podem interferir e opinar, exemplificando as questões apresentadas com sua própria vivência e reconstruir saberes, ao passo que trocam informações com os demais agentes envolvidos.

A participação dos envolvidos no processo de levantamento e análise da situação local conforme seus próprios pontos de vista são fundamentais para o processo participativo e de mobilização.

Dessa forma, as técnicas complementares escolhidas foram a “Chuva de ideias” e “Mapa dos recursos pesqueiros”. A primeira corresponde a uma ferramenta que propicia que todos os participantes sejam estimulados a expressar seu ponto de vista sobre determinado tema (DRUMOND, 2002). Enquanto que na segunda, a partir de um mapa previamente fornecido com informações de localização e referência, os participantes devem dar ênfase principalmente aos recursos pesqueiros, áreas de pesca, áreas problemáticas e em conflito, limitações etc. (conforme roteiro estabelecido). Este mapa serve para análise e discussão sobre a situação do estado atual dos recursos pesqueiros na localidade avaliada.



Visando ampliar o número de pessoas no processo informativo e participativo, foram traçadas outras estratégias metodológicas para divulgação e coleta de informações, de forma a contemplar um público significativo em diferentes comunidades pesqueiras. Dessa maneira, a tática escolhida foi a abordagem domiciliar do público alvo, de forma aleatória nas comunidades com maior incidência de pescadores (com menor relevância na Ponta da Pita, onde uma reunião foi realizada) para entrega de folder informativo e diálogo sobre o empreendimento em questão. Esta ação teve o intuito de registrar as informações qualitativas proporcionadas pelas pessoas abordadas. O diálogo estabelecido procurou não constranger a livre expressão de opiniões, com o intuito de gerar um resultado que representasse a compreensão do cenário atual, visto sob a ótica dos atores principais - os próprios pescadores.

Os dados coletados foram digitados e averiguados a partir da metodologia da Análise de Conteúdo, conforme fundamentação nos autores (as) Bardin (1977), Minayo (1994) e Moraes (1999). Esta técnica “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. (...) a análise de conteúdo é a busca de outras realidades através das mensagens” (BARDIN, 1977).

Tradicionalmente, constitui-se num processo em que os materiais recolhidos passam por diversas leituras e pela análise propriamente dita, envolvendo três etapas: primeiro, o recorte das unidades ou unitarização, que consiste no exame detalhado e na fragmentação do texto em unidades de base; em seguida, a classificação, categorização ou codificação, que estabelece uma nova relação entre as unidades de base, permitindo o agrupamento de elementos semelhantes; e, por último, a representação do conteúdo articulada com os referenciais teóricos da pesquisa.



O conjunto de metodologias propostas possibilita o reconhecimento dos agentes envolvidos, bem como sua percepção, atuação e vivência e relações com a Baía de Antonina, além do aprofundamento de informações para a contribuição no âmbito dos programas de Educação Ambiental, comunicação social e monitoramento da pesca artesanal em função do projeto de ampliação do cais da TPPF.

2.1. Articulação e divulgação

No dia 18 de janeiro de 2015, foi realizada incursão no Município de Antonina com um primeiro contato foi feito junto ao presidente da Colônia de Pescadores Z-8. O representante comunitário indicou a viabilidade e preferência da oficina/reunião ser realizada no Theatro Municipal de Antonina, tendo em vista que a sede da colônia encontrava-se em reforma e o espaço atualmente utilizado não comportaria tal atividade.



Figura 1 – Sede atual da Colônia de Pescadores Z-8 de Antonina.

Adicionalmente um segundo local foi indicado como propício para realização da segunda oficina/reunião: A Associação de Moradores da Ponta da Pita. Neste contexto, foi realizado contato com a presidente da associação, que prontamente se dispôs a auxiliar na divulgação do evento,



realizando a colocação de cartazes em comércios do bairro e anúncio de utilidade pública.

Após verificação oficial e confirmatória da disponibilidade de ambos os espaços, foram definidas as datas e horários para as reuniões:

- 22/01/2016 no Theatro Municipal de Antonina (início previsto para as 15:00 horas);
- 26/01/2016 na A.M.P.P - Associação de Moradores da Ponta da Pita (início previsto para as 15:00 horas)

A partir da definição das datas e locais foi realizada divulgação por meio de cartazes afixados (total de 20 cartazes) em locais de grande circulação de pessoas, priorizando as comunidades com grande incidência de pescadores. O modelo dos cartazes utilizados para divulgação das atividades é apresentado em anexo a este relatório.

A indicação dos locais das reuniões no cartaz levou em conta a proximidade da comunidade. A reunião a ser realizada na Associação de Moradores da Ponta da Pita foi divulgada, além de na própria localidade, também na Praia dos Polacos, Prainha e Itapema. A reunião a ser realizada no Theatro Municipal foi divulgada na comunidade do Portinho/Graciosa e na região central, como forma de abranger um número mais significativo de pessoas oriundas de diferentes comunidades da área de influência (anexo VI).



Figura 2 – Cartaz afixado em bar/lancheonete localizado na Praia dos Polacos.



Figura 3 – Cartazes afixados na Colônia de Pesca Z-8 de Antonina, divulgando as reuniões previstas.



Figura 4 – Cartazes afixados na Rodoviária de Antonina, divulgando ambas as reuniões previstas.



Figura 5 – Cartazes afixados em peixaria localizada na frente de um posto de desembarque no Mercado Municipal de Antonina.



Figura 6 – Cartaz afixado em mercado no bairro Prainha, Antonina/PR.



Figura 7 – Cartaz afixado em comércio no bairro Ponta da Pita.



Figura 8 – Cartaz afixado na Associação de Moradores Ponta da Pita.

A divulgação das reuniões também foi realizada por meio de outras mídias impressas (panfletos) que foram deixados à disposição na Colônia Z-8 de Pesca e também levados por pescadores às suas respectivas comunidades, ampliando assim a rede de divulgação. Disponíveis entre os dias 18 e 22/01/2016, os panfletos traziam informação da reunião prevista no Theatro Municipal (100 unidades) e do dia 22 a 26/01/2016, os panfletos disponibilizados faziam referência à reunião na Associação de Moradores da Ponta da Pita (total de 30 unidades). O modelo de panfleto utilizado na divulgação é apresentado em anexo a este relatório.

3. AÇÕES EXECUTADAS E RESULTADOS

3.1. Reuniões

3.1.1. Theatro Municipal de Antonina

A primeira oficina/reunião realizada no dia 22/01/2016 no Theatro Municipal de Antonina (localizado na região central da cidade) contou principalmente com participação de representantes do TPPF, da empresa de consultoria envolvida nos estudos de licenciamento ambiental da ampliação do cais e equipe especializada responsável pelas atividades iniciais de comunicação social junto às comunidades tradicionais de pescadores. Adicionalmente, considerando a existência de outros empreendimentos independentes, que sinergicamente contribuíram para transformação da região portuária de Antonina, participou da reunião representante indicado pela APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, responsável pela condução de programas ambientais referentes à dragagem do canal de acesso e bacia de evolução ao porto. Também participaram do evento, como ouvintes, representantes da Prefeitura Municipal de Antonina.

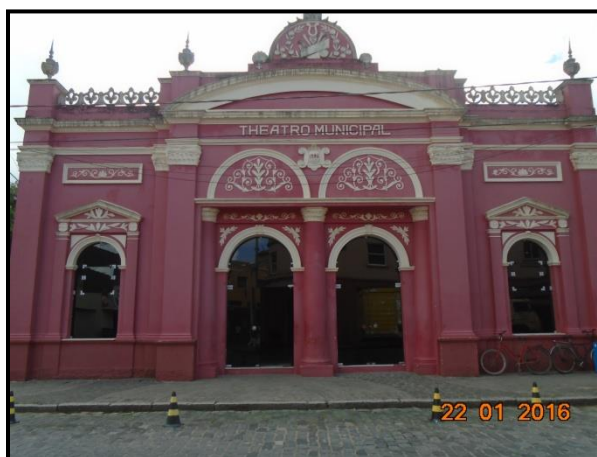


Figura 9 – Theatro Municipal de Antonina, local da primeira reunião agendada com a comunidade pesqueira em 22/01/2016.

Apesar de amplamente divulgada, conforme relatado anteriormente, a reunião contou com a presença de três pescadores. O encontro teve início oficial com uma conversa informal para verificação do interesse na participação da reunião, da programação prevista para o encontro, além de um rápido levantamento de como os participantes presentes obtiveram conhecimento do evento. Neste contexto, identificou-se que os participantes tomaram conhecimento da reunião através de cartaz em sua comunidade (mas especificamente Penha) e que também receberam panfletos na Colônia Z8. Um dos participantes relatou que fez uso adequado dos panfletos, previamente, deixando-os disponíveis ao público, em comércio da localidade, contribuindo para divulgação da oficina/reunião.



**Figura 10 – Exposição dialogada realizada com os participantes presentes no
Theatro Municipal de Antonina.**



Durante a exposição dialogada dos slides de apresentação do empreendimento (disponíveis no anexo III), impactos associados, medidas e programas ambientais, procurou-se a exposição de informações com uma linguagem mais acessível aos participantes presentes, sempre que possível questionando os mesmos quanto ao pleno entendimento e quando necessário retomando pontos previamente expostos, seja no aspecto do projeto como nas ações previstas para acompanhamento das atividades de pesca, comunicação social (fase de pré-obra e obra) e educação ambiental.

O estímulo à participação opinativa dos pescadores presentes foi constantemente adotado ao longo da exposição dialogada, porém a presença de três participantes durante todo o período da condução do evento limitou o uso de outras ferramentas participativas, porém sem prejuízos a obtenção da percepção dos mesmos frente ao empreendimento, impactos e ações propostas.

3.1.1.1. Compilação da percepção do público participante

Como produto da reunião percebeu-se o entendimento dos pescadores participantes quanto à concepção do empreendimento, seus objetivos e justificativas. Neste contexto identificou-se uma percepção comum entre os participantes de que as obras representarão geração de emprego e novas oportunidades de trabalho para jovens e demais trabalhadores do município. Associada a esta questão, durante a exposição dialogada mencionou-se ações previstas pelo empreendedor quanto à intenção de contratação de mão de obra local.

No âmbito dos recursos pesqueiros e das possíveis relações de causa e efeito percebeu-se o posicionamento geral dos participantes da não percepção efetiva de impactos isolados das atividades atuais do porto



Ponta do Félix sobre os recursos estuarinos e marinhos. Paralelamente a esta análise, no entendimento dos mesmos, as obras de ampliação do cais e a tipologia de estrutura prevista para o terceiro berço de atracação não deverão alterar as condições atuais de disponibilidade de recursos pesqueiros, uma vez que tem como opinião comum que ao longo dos anos, a redução sentida pela comunidade na oferta de recursos pesqueiros foi mais perceptível após as transformações no complexo Capivari/Cachoeira da Serra do Mar, com efeito subsequente nas águas da Baía de Antonina (sedimentação carregada ao estuário). Segundo o público presente, esta alteração na oferta de recursos pesqueiros representou na comunidade a necessidade de aperfeiçoamento nos petrechos e técnicas de pesca. Não obstante, há que se considerar provável associação de efeitos cumulativos relativos à deposição de esgoto doméstico nas águas costeiras, pela ausência de rede pública de coleta e tratamento de esgoto.

O único fator apontado pelos cidadãos presentes como uma interferência do porto no cotidiano da comunidade, mesmo sem relação direta com as atividades pesqueiras, foi o aumento do trânsito de caminhões nos bairros próximos, o qual pode potencializar eventuais acidentes, já que o deslocamento dos moradores é feito em sua maioria a pé ou de bicicleta.

Em procedimento de encerramento da reunião foram obtidos os registros em lista de presença com repasse de novo material de divulgação do empreendimento e ações socioambientais (folder). A lista de presença com assinaturas e o modelo do folder são apresentados nos anexos IV e V respectivamente.

Conclusivamente, pôde-se perceber através de contatos informais com os participantes que a grande quantidade de reuniões agendadas recentemente para discussão de diferentes empreendimentos no



município pode representar uma redução do interesse de parte da comunidade nos eventos de exposição e apresentação de novos projetos.

3.1.2. Associação de Moradores da Ponta da Pita

A segunda oficina/reunião programada ocorreu na sede da Associação de Moradores da Ponta da Pita - A.M.P.P, no dia 26/01/2016, com duração efetiva de 2 horas e 15 minutos. Participaram da reunião um total de 21 pescadores e marisqueiras, porém nem todos os presentes assinaram a lista de presença, que totalizou 14 pessoas.

Além de pescadores e marisqueiras, também se fizeram presentes pessoas da comunidade em geral que residem nas proximidades da TPPF, e representantes do empreendedor e da APPA, conforme procedimento adotado na primeira reunião.



Figura 11 – Associação de Moradores da Ponta da Pita, local da segunda reunião agendada com a comunidade pesqueira.

O encontro teve início com uma breve apresentação dos membros da equipe de trabalho responsável pela comunicação social e especificação dos objetivos da reunião como forma de auxiliar no pleno entendimento da comunidade frente ao trabalho realizado, bem como auxiliar no

processo de integração e descontração dos participantes, visando um melhor aproveitamento coletivo frente aos propósitos da reunião.



Figura 12 – Apresentação inicial e realização de atividade introdutória de descontração.

Em seguida os participantes receberam o folder informativo em linguagem acessível relacionado às informações do projeto de ampliação do cais, proposto pela TPPF, bem como das ações previstas no âmbito dos programas ambientais, e deu-se início à exposição dialogada sobre o empreendimento, paralela à elucidação de eventuais dúvidas dos participantes.



Figura 13 – Exposição dialogada sobre a obra de ampliação do cais do TPPF.



Figura 14 – Público participante (havia presentes dentro e fora da sala, devido ao forte calor no dia).

Após a exposição dialogada, foram realizadas atividades de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), com o objetivo de levantar informações de relevância sobre a opinião dos presentes sobre o empreendimento e para

tomada de informações e sugestões para direcionamento de ações futuras previstas pelo empreendedor.

A primeira atividade de integração direta entre o público presente foi conduzida através do método denominado "Chuva de ideias", em que os participantes apresentaram em tarjetas as manifestações individuais acerca das seguintes questões:

1. Principais preocupações em relação ao empreendimento;
2. As alterações ocasionadas no cotidiano pela operação atual do terminal e quais as alterações possíveis a partir da ampliação do cais;
3. Quais as melhorias/necessidades, de responsabilidade do porto são necessárias para compensação pela implantação do empreendimento;
4. Que outros empreendimentos estão sendo planejados ou em desenvolvimento na região.

Devido a pouca instrução de alguns participantes da comunidade de pescadores, membros da equipe técnica presente, auxiliaram no preenchimento das tarjetas.



Figura 15 – Preenchimento das tarjetas com o auxílio da equipe de trabalho.

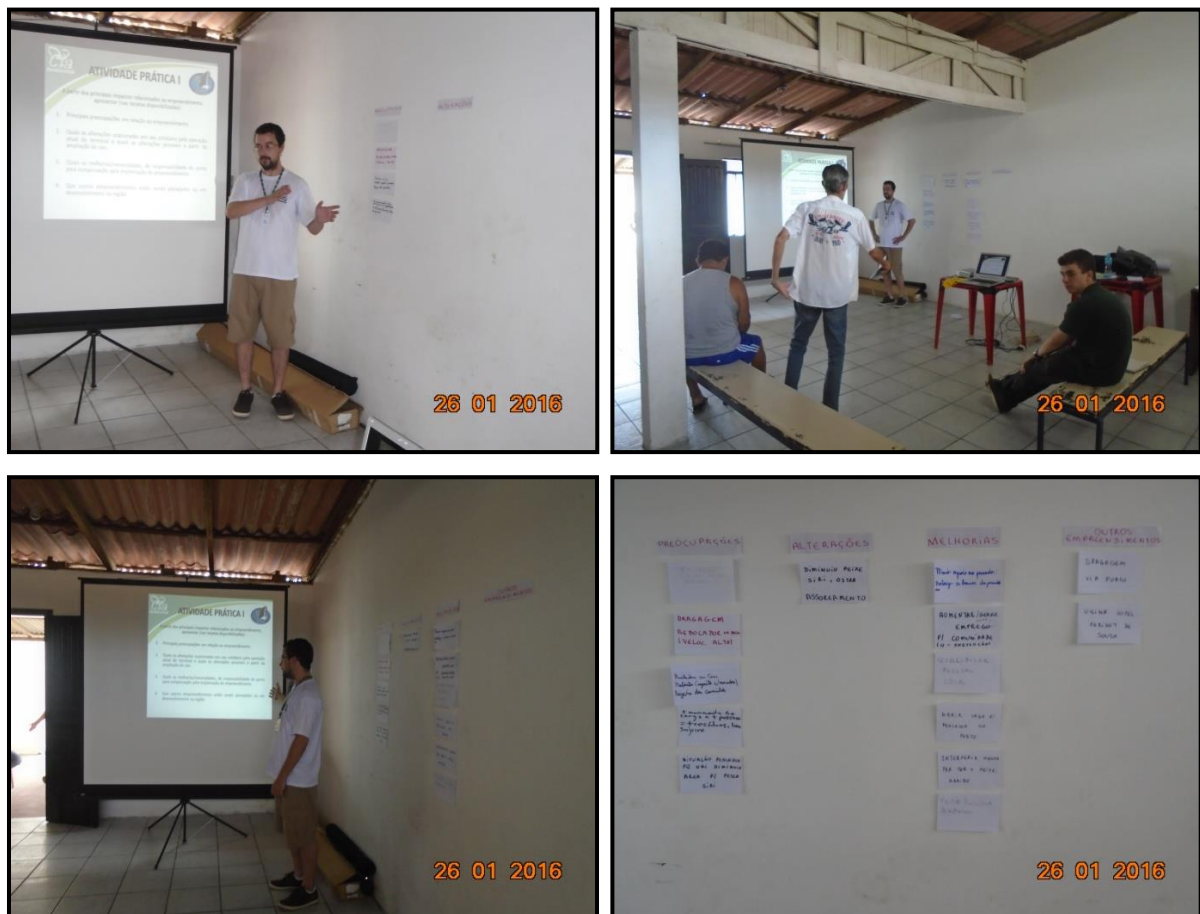


Figura 16 – Discussão das tarjetas apresentadas durante o método “Chuva de Ideias” e resultado final.

As tarjetas foram preenchidas e apresentadas por tópicos e conforme eram afixadas, eram discutidas para que a ideia expressada, individualmente pelos participantes, fosse compreendida coletivamente, em sua totalidade, contando com a tomada de opinião dos demais presentes em relação ao tópico apresentado.

3.1.2.1. Compilação da percepção do público participante

Inevitavelmente, em função da participação adicional de moradores da região, porém que não necessariamente estão diretamente envolvidos nas atividades de pesca, foram abordados por parte do público presente anseios diversos, não diretamente associados ao objeto da reunião



(discussão da ampliação do cais), porém que remetem à atividade portuária como um todo na região.

Foram manifestadas preocupações relativas ao tráfego de caminhões em acesso ao terminal da Ponta do Félix e impactos sentidos pela comunidade da região. Foi citado, pela equipe técnica presente, que em apoio operacional ao TPPF, os caminhões em destino a este porto passaram a utilizar adicionalmente a área de estacionamento e triagem do Terminal Barão de Teffé, reduzindo a possibilidade de risco e incômodo aos moradores das proximidades, quando destinados para descarregamento, situação esta corroborada pelo público presente.

No contexto geral dos impactos vivenciados pela comunidade, as autoridades portuárias têm feito esforços de médio e longo prazo no sentido de melhoria do aspecto logístico, através de planejamento e implantação de desvio rodoviário que fornecerá acesso entre a BR-277 e a região portuária de Antonina (PR-340) e avenida de ligação entre os portos Barão de Teffé e TPPF, ambas sem trajeto por áreas urbanas ou mais densamente habitadas. Tal medida contribuirá para redução de impactos associados à pressão do transporte de cargas sobre a infraestrutura do município (vias urbanas e benfeitorias públicas utilizadas pela comunidade de pescadores e moradores em geral) além de melhorar aspectos de segurança dos pedestres que fazem uso diário de vias atualmente utilizadas como rota da frota de caminhões com destino ao porto.

Ainda no tocante ao tráfego de caminhões em acesso ao porto foram manifestados anseios acerca de resíduos gerados e possibilidade de incômodos a população, quando considerada a eventual perda de carga pelos caminhões durante o trajeto usual nas vias urbanas. Foi mencionado pela equipe técnica presente que no âmbito da operação do TPPF são



priorizados procedimentos com intuito de reduzir significativamente a perda de cargas nos trajetos urbanos, tais como orientação junto a caminhoneiros para garantia da vedação das caçambas (uso de lonas) e circulação com velocidades reduzidas e seguras, além de orientações e acompanhamento dos caminhoneiros para correto procedimento de carregamento e descarregamento com varrição das caçambas em ambiente de pátio interno, para posterior coleta e destinação adequada por parte do empreendedor do material varrido.

Quanto às obras da ampliação do cais, constou como parte do material de divulgação (folder) e foram expostas verbalmente pela equipe técnica, as ações previstas no âmbito da gestão de resíduos sólidos integrante do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS.

Ressaltam-se neste contexto as medidas utilizadas pelo empreendedor para controle de vetores na área interna do TPPF e ações voltadas a conscientização da população (campanhas educativas de controle ao mosquito-da-dengue) adicionalmente aos trabalhos da Prefeitura de Antonina no controle da proliferação de vetores de doenças.

Com a finalidade de melhorar o direcionamento para as questões associadas à pesca, junto ao público presente, a equipe estimulou a manifestação dos pescadores quanto à situação atual dos recursos pesqueiros da Baía de Antonina. Neste contexto houve manifestação em relação à percepção do público sobre uma diminuição da oferta nas águas da baía de algumas espécies usualmente pescadas tais como o bagre/sari, robalo e a sardinha. Para a comunidade, existe o entendimento de que o conjunto de atividades relativas ao segmento portuário e urbanização da região, ao longo dos anos, contribuíram sinergicamente na modificação direta e indireta do ambiente da baía com potencial para alteração na oferta de alguns recursos pesqueiros. Foi reforçado pela a equipe técnica



seja através do diálogo ou disponibilização de conteúdo visual (slides e folders), que o projeto da ampliação do cais apresenta aspectos construtivos e da infraestrutura do 3º berço que contribuirão para menor interferência na movimentação natural das massas de água (cais vazado) e conseqüentemente menor interferência na biodiversidade aquática, uma vez que toda a estrutura será implantada na área de abrangência da bacia de evolução do porto e não serão previstas dragagens para a execução das obras de ampliação do cais. Neste contexto a ampliação isoladamente não deve ser fator preponderante no desenvolvimento de impactos significativos à baía considerando as modificações pretéritas impostas a este ambiente a partir do processo histórico de implantação e operação dos portos e o aspecto sinérgico com outros agentes modificadores do ambiente natural (urbanização da região).

Adicionalmente, em referência aos recursos pesqueiros, também foi registrada a preocupação externada por uma pescadora quanto a uma eventual diminuição da área possível para a prática da pesca do siri, já que um dos locais utilizados caracteriza-se por baixada que se formou nas proximidades da área prevista para a implantação do 3º berço de atracação. Visando retirar tais dúvidas a exposição dialogada do projeto mencionou que a ampliação consiste em aumento da área de atracação em 170 m de comprimento, 22, 5 m de largura com passarela de acesso a dolfim de amarração em área com profundidade atual de 8 m, porém sem prejudicar, em princípio, o acesso de embarcações a áreas de pesca de siri localizadas ao sul do empreendimento.

Ainda em relação às possíveis modificações impostas ao ambiente aquático da baía foram citadas, por parte dos participantes da comunidade de pescadores, as atividades de dragagem como aspecto atualmente relevante e com potencial modificador da ocupação do ambiente aquático da baía por parte de algumas espécies. Neste momento o representante



designado pela APPA procurou expor aspectos relacionados ao procedimento de dragagem adotado e prestou esclarecimentos quanto aos programas executados, no âmbito do licenciamento desta atividade, em especial o de monitoramento da pesca, relatando sobre o levantamento quali-quantitativo do pescado nos entrepostos de desembarque, afirmando que não há indícios, até o momento, de diminuição deste no período de dragagem. Entretanto procurou-se atentar para a necessidade de obtenção de uma séria histórica de dados maior para possibilitar quaisquer inferências quanto a causas e efeitos sobre os recursos pesqueiros.

Um ponto positivo, associado ao projeto de ampliação do cais, bastante apreciado pela comunidade, é a possibilidade de geração de novos postos de trabalho, pois o município dispõe, conforme relatado, basicamente de quatro possibilidades de uso de mão de obra na atualidade: na pesca, no comércio, nos cargos ligados à prefeitura e à TPPF. Dessa forma, sugestões apontadas nesse tópico foram de que realmente seja ofertado treinamento/capacitação dos munícipes para abarcar as vagas de empregos diretamente e indiretamente ofertadas pela TPPF nas obras de ampliação e operação do terminal ampliado. Esta reivindicação esta correlacionada com medidas previstas pelo empreendedor em fase futura, para divulgação de oportunidades de emprego (em diferentes mídias como jornais, informativos em murais e rádios da região) e interface de divulgação em agências do trabalhador do município e região, para priorização de contratação de mão de obra local. Adicionalmente e como forma de valorização da mão de obra contratada, o empreendedor considera o treinamento da mão de obra, o que possibilita a inclusão de pessoas com menor grau de instrução, mas que poderão atuar durante a implantação do empreendimento.

Outra reivindicação identificada é relativa à necessidade de um trapiche para embarque e desembarque de pessoas/pescado, bem como para a



amarração dos barcos, tanto os turísticos como os dos pescadores. Esta reivindicação também foi identificada durante a elaboração do Estudo Ambiental de Ampliação do Cais da TPPF, assim, no subprograma de educação ambiental, apoio e compensação à atividade pesqueira é proposta a realização da construção de um trapiche, sendo discutido com a comunidade de pescadores os possíveis locais para na sequência serem realizados estudos de viabilidade locacional, para determinação do local e posterior construção da estrutura.

Por fim, durante o processo de discussão dos resultados da metodologia “chuva de ideias”, foram ponderadas por pescadores presentes algumas dificuldades observadas no cotidiano, tais como a influência de diferentes embarcações nas rotas pesqueiras, principalmente aquelas utilizadas por canoas, uma vez que a formação de ondulação de maiores magnitudes prejudicam de certa forma a utilização de embarcações de pequeno porte e mais rústicas. Associada a questão de eventuais conflitos no uso da baía, considerando o acréscimo do tráfego de embarcações, a navegação na baía é disciplinada por parâmetros técnicos constantes na Portaria nº 76/CPR, de 2012 da Capitania dos Portos. Tal diploma traz diretrizes e exigências para garantia da navegabilidade segura nos canais de acesso e atracadouros.

Procurou-se o esclarecimento de que o acréscimo anual de embarcações previstas em consequência da operação do 3º berço de atracação fundamentará a readequação dos planos e programas da área de risco e emergência considerando o novo cenário e as possíveis interações com demais atividades da baía, e principalmente as rotas pesqueiras.

A segunda atividade interativa da oficina/reunião direcionou-se aos pescadores e marisqueiras presentes, pois consistia em indicar em mapa previamente disponibilizado quais os principais locais de pesca (para as

diferentes comunidades) e de desembarque do pescado. O mapa disponibilizado é apresentado em anexo a este relatório.

Como forma de facilitação da inclusão de um maior número de pescadores e marisqueiras e conhecendo o fato de que algumas pessoas preferem não se manifestar em atividades lúdicas, a ministrante da oficina auxiliou na marcação dos locais solicitados de acordo com a orientação dos presentes.



Figura 17 – Atividade de preenchimento do mapa dos recursos pesqueiros.

Com relação aos locais utilizados para pesca, foi informado pelos participantes que de maneira geral se pesca em praticamente toda extensão costeira da baía, uma vez que o contexto histórico e eventual redução na oferta de pescado, sentida pela comunidade de pescadores, resultou em inevitável procura por novas localidades. O siri é pescado em área costeira que se estende desde a Ponta da Pita até a porção da baía ao sul da área ocupada pelo TPPF, e na localidade denominada "Areião". O



camarão é pescado em toda região da Ponta da Pita até as imediações do Terminal Matarazzo e na porção da baía ao sul, até a saída para Paranaguá; o peixe é pescado especialmente em volta das ilhas; o marisco é retirado nas localidades do Gomes, Prainha, Garça, para o lado de Paranaguá e na entrada do Rio Nhundiaquara.

Quanto aos locais de desembarque a comunidade informou que a quantidade pescada é vendida na própria comunidade, para turistas e donos de restaurantes. Apenas o siri é processado na cooperativa, e enviado para comercialização em Curitiba.

Após a elaboração do mapa, os participantes foram consultados se:

1. Foi percebida alteração significativa nos principais locais de pesca quanto à oferta de recursos pesqueiros? Em quais locais? Desde quando? Qual a causa, na sua percepção?
2. E que restrições/proibições da legislação conhecem em relação à pesca?

Os dados desta pesquisa foram socializados com todos os presentes, que podiam acrescentar algum tipo de opinião, visando enriquecimento do conteúdo discutido.

Quanto ao primeiro item, fizeram menção às modificações oriundas do processo de ocupação das margens da baía para desenvolvimento de atividade portuária e consequências oriundas do aumento da deposição de sedimentos devido as modificações no complexo Capivari/Cachoeira (Usina Parigot de Souza) e a ausência de rede de coleta e tratamento de esgoto no município de Antonina. Entretanto, não puderam indicar a temporalidade da percepção das modificações na oferta de recursos pesqueiros.



Quanto ao item 2, informaram que a fiscalização atual da atividade de pesca é feita pelo Batalhão de Polícia Ambiental - Força Verde, especialmente na época de defeso. Informara que utilizam, durante a execução das atividades, os petrechos adequados, como o gerival e redes com a malha permitida.

3.2. Abordagem domiciliar

Devido à menor participação da comunidade pesqueira na reunião realizada no Theatro Municipal (primeiro evento conduzido), uma nova estratégia foi traçada para abranger um maior número de pessoas possível. Dessa forma, foram realizadas abordagens domiciliares nas casas de pescadores e marisqueiras para entrega do folder do empreendimento e estabelecimento de diálogo informal para o repasse de informações e coleta de alguns dados relativos à pesca e da opinião sobre a obra de ampliação do cais, seguindo o mesmo padrão proposto para a oficina.

Uma incursão foi realizada no dia 03/02/2016, nos bairros Praia dos Polacos e Portinho/Cabral e outra no dia 05/02/2016, contemplando os bairros Tucunduva de Baixo, Portinho, Penha, Ponta da Pita e Itapema. A abordagem foi realizada em casas que dispunham de algum barco e/ou petrecho (em sua proximidade) ou apresentasse ainda alguma placa ou pintura em muro, informando sobre a venda de pescado e também pela indicação de entrevistados.

Os moradores abordados eram questionados se alguém da família trabalhava com alguma atividade pesqueira e em caso positivo se dispunham de alguns minutos para uma conversa, com o objetivo de apresentar a obra de ampliação do cais do TPPF (com auxílio do folder informativo). No caso de algumas residências a pessoa envolvida com a



atividade pesqueira não se encontrava no momento, não sendo possível a consolidação da abordagem.

Inicialmente a equipe de trabalho se apresentava e brevemente explicava as razões e os objetivos de estarem ali, estabelecendo, desde o começo, um clima amistoso.

Ao fim da abordagem, sempre que possível se fazia algum questionamento sobre a atividade pesqueira na atualidade e se houve alguma percepção de mudança ao longo dos anos, sendo tais informações registradas na sequência.

Em alguns casos, havia mais de um familiar envolvido com a atividade pesqueira e o nome de todos os membros era anotado na ficha de abordagem (modelo apresentado em anexo), mas geralmente apenas uma pessoa a assinava. No caso da pessoa abordada não ser alfabetizada, a assinatura foi dispensada ou outra pessoa da família realizava tal procedimento.



Figura 18 – Abordagem domiciliar na Vila dos Polacos.



Figura 19 – Abordagem a uma família no Portinho que se encontrava realizando a limpeza do siri e preparo de petrechos.



Figura 20 – Abordagem de pescadores no bairro Portinho.



Figura 21 – Abordagem de mulheres que trabalham na limpeza do siri na cooperativa localizada no Portinho (pescadoras e/ou esposas de pescadores).



**Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. - Ampliação do cais
Relatório de execução de oficinas junto às comunidades
pesqueiras para divulgação da obra de ampliação do cais**



Figura 22 – Abordagem de pescador na localidade Cabral/Portinho com detalhe para o barco utilizado, atracado no terreno.



Figura 23 – Abordagens realizadas no bairro Tucunduva de Baixo.



**Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. - Ampliação do cais
Relatório de execução de oficinas junto às comunidades
pesqueiras para divulgação da obra de ampliação do cais**



Figura 24 – Abordagens realizadas no bairro Penha, com detalhe para o local em que os barcos ficam atracados e ao fundo, uma das ilhas usadas para pesca.



Figura 25 – Abordagens realizadas no bairro Ponta da Pita, com detalhe para os locais em que os barcos ficam atracados.

Por meio das abordagens individuais foi possível verificar que há comunidades que apresentam características peculiares:

- Na Praia dos Polacos há grande participação das mulheres nas atividades pesqueiras, com a retirada do marisco (siriú¹ e bacucu²), ostra e no auxílio ao esposo/companheiro na pesca do camarão.
- No Portinho a maioria se concentra na pesca do siri, os homens na coleta e as mulheres na limpeza, havendo inclusive

¹ O siriú vive no manguezal e tem de ser colhido um por um, usando-se uma enxada.

² O bacucu vive de forma gregária em bancos de lama, sendo retirados na maré baixa, mas quando a maré está alta, tem de fazer "mergulho" para retirar o crustáceo.



uma cooperativa para processamento deste recurso. Há também a coleta de caranguejo no mangue;

- Na região do Cabral, há uma maior concentração de pescadores que se dedicam ao peixe e camarão. Inclusive foi possível visualizar uma família inteira compartilhando a atividade pesqueira, os filhos já haviam feito a captura do siri, os pais (já idosos) e uma filha realizavam a limpeza. Os homens informaram que também fazem a captura do caranguejo no mangue nas proximidades, com um petrecho de corda desfiada (o qual estava sendo confeccionados no momento da abordagem), que é colocado na toca e o animal ao agarrar o fio é transportado para fora. Foi informado que se capturada a fêmea é realizada soltura. Outro aspecto mencionado é que de vez em quando também pescam peixes, através de pequena embarcação com motor;
- Na localidade de Tucunduva de Baixo a atividade pesqueira é mais concentrada no gênero masculino, enquanto as mulheres auxiliam seus cônjuges ou trabalham na limpeza do pescado;
- Na Penha a atividade é praticamente masculina, sendo que os principais recursos explorados são o peixe e o camarão.

Em geral a pesca artesanal na Baía de Antonina varia conforme a sazonalidade, o tipo de pescaria empregada, a demanda e o tipo de embarcação utilizada (em sua maioria são pequenas e com propulsão a remo, sendo que há pescadores que utilizam botes ou canoas a motor).

Grande parte dos pescadores abordados informou que realiza venda direta na comunidade (pois se consegue um preço melhor), para turistas ou entrega para estabelecimentos comerciais (restaurantes, peixarias) e no caso específico do Portinho, há a cooperativa para processamento da carne de siri.



Quanto aos principais locais de pesca utilizados, foi informado que recursos como o camarão e marisco/bacucu eram antigamente pescados na Baía de Antonina, de frente aos seus locais de morada e hoje o deslocamento tem de ser cada vez maior, tendo em vista eventual alteração na disponibilidade de recursos. Atualmente muitas ilhas são utilizadas para pesca, inclusive na Baía de Paranaguá, como as ilhas de Europinha e Eufrasina, nas quais é retirada a ostra, e na Ilha do Teixeira, em que se pesca camarão e se coleta marisco. Uma das pescadoras abordadas informou que tem ido até as proximidades do porto de Paranaguá para retirar bacucu e pescar siri, porém tal local também é procurado por muitos pescadores da região, aumentando a pressão sobre os recursos disponíveis.

Os relatos gerais permitiram identificar diferentes cenários, opiniões e percepções em relação às atividades portuárias, por exemplo:

- Épocas de diversidade econômica com o funcionamento do Complexo das Indústrias Matarazzo, do Terminal Barão de Teffé e maior movimentação na cidade e no comércio, sendo hoje preponderante os empregos da TPPF, do comércio e da pesca.
- Para a maioria o porto tem grande importância em função da geração de empregos, dado que afirmam que em Antonina há poucos investimentos e pouca variabilidade no mercado de trabalho;
- A ampliação se configura como positiva pela geração de empregos na construção civil na etapa de construção e de estivadores na operação;
- Alguns pescadores afirmaram que a pesca historicamente vem diminuindo, por diversos fatores como: atividades portuárias, urbanização da região e modificações no complexo Capivari/Cachoeira com reflexos na água da baía;

- Importante questão abordada pela comunidade de pescadores remete a possíveis dificuldades geradas quanto ao deslocamento dos barcos dos pescadores, entretanto, houve entendimento de que a tipologia de obra e estrutura de ampliação do cais (3º berço de atracação) não deve influenciar nas rotas utilizadas e que o fato da estrutura ser vazada a movimentação natural das águas neste ponto será mantida.

3.3. Caixa de sugestões

Como mecanismo de canal de comunicação, foi disponibilizada uma caixa para o recebimento de dúvidas, críticas e sugestões na Colônia Z-8 de Pescadores entre os dias 22/01/2016 e 03/02/2016, sendo realizado o recolhimento dos volantes preenchidos.



Figura 26 – Entrega da caixa de sugestões ao presidente da Colônia Z-8 e registro da mesma à disposição para recebimento dos volantes preenchidos.



Foram recolhidos 24 volantes, sendo que em quatro deles não constava nenhum tipo de opinião.

Os resultados obtidos na caixa de sugestões demonstram que, assim como constatado nas oficinas/reuniões, as opiniões sobre o empreendimento e as dificuldades de pesca na região são diversas, havendo predominância de opiniões favoráveis ao empreendimento (ampliação do cais), por entendimento de que o mesmo não deve representar impacto significativo à condição atual da atividade de pesca na baía, sendo que o contexto histórico de ocupação da costa e regiões próximas a estuários, somado ao estabelecimento e perpetuidade da atividade portuária e modificações no complexo Capivari/Cachoeira aparentemente contribuíram sinergicamente para impactos sobre a baía e conseqüentemente transformações da rotina e cotidiano das comunidades de pescadores, a partir da necessidade de rápida adaptação e desenvolvimento de novas formas de obtenção de recursos pesqueiros.

Houve entendimento de que o empreendimento deverá contribuir para novas oportunidades de emprego (direta e indireta) na região, considerando também medidas previstas pelo empreendedor a partir da priorização de contratação de mão de obra local, inclusive com possibilidade de treinamento para colaboradores contratados, permitindo a inclusão de mão de obra inicialmente sem experiência, porém que poderá se desenvolver no segmento portuário.

Constou como anseio de parte da comunidade o intenso fluxo de caminhões em área urbana e principalmente nas cercanias do porto, conflito esse que vem sendo objeto de esforços do setor portuário em conjunto com o Governo do Estado, no sentido de melhoria na infraestrutura de logística através da viabilização de desvio rodoviário para acesso a região portuária de Antonina sem interação com áreas



densamente habitadas, reduzindo drasticamente a possibilidade de conflitos com a população do entorno e conseqüentemente os riscos de acidentes com pedestres.

Adicionalmente ao conflito da presença de caminhões nas áreas urbanas foram expostas outras situações observadas no cotidiano, relacionadas ao eventual derramamento e deposição de resíduos nas vias públicas, oriundo dos caminhões em acesso ao terminal. O empreendedor em conjunto com a cooperativa representante da frota tem feito esforços no processo de orientação junto aos caminhoneiros para garantia da vedação das caçambas (uso de lonas) e circulação com velocidades reduzidas e seguras, além de orientações e acompanhamento dos caminhoneiros para correto procedimento de carregamento e descarregamento nas áreas devidas do porto, ação esta de responsabilidade do TPPF.



4. CONCLUSÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

A partir da realização das atividades junto à comunidade, foi possível a obtenção de relevantes informações acerca da percepção do público em relação ao empreendimento e, inevitavelmente, à atividade portuária como um todo. As atividades realizadas de maneira complementar às oficinas, com a disponibilização de caixa de sugestões e abordagens individuais às famílias de pescadores, permitiram a participação de um maior número de pescadores, atingindo os objetivos das atividades inicialmente propostas.

Os encontros apontaram preocupação dos pescadores quanto à diminuição do recurso pesqueiro. Como mencionado anteriormente, o processo histórico de ocupação da região estuarina e litorânea temporalmente interferiu nas condições físicas do ambiente estuarino e da baía refletindo, em princípio e na opinião da comunidade, na oferta de pescados em determinadas localidades exploradas.

Entende-se que de maneira geral o pescador desconhece o ciclo de vida do animal (como por exemplo, o camarão) e suas peculiaridades e com relação à baía, bem como os impactos causados pela poluição dos recursos naturais ao ciclo de vida do pescado. Neste sentido, cabe ressaltar a importância do processo educativo, previsto nas etapas futuras de implantação do empreendimento, através do Programa de Educação Ambiental, para garantia de contribuição acerca da disseminação de conhecimentos, pois diante de diferentes relações, interesses e formas de uso da Baía de Antonina, conflitos são potencializados e a educação ambiental entra como um instrumento mediador, que a partir do diálogo, da participação e da socialização de saberes, apresenta caminhos que podem ser trilhados para a superação de tais conflitos.



Sugere-se que sejam abordadas, nas atividades de educação ambiental previstas, questões relacionadas aos seguintes conteúdos, entre outros: Contextualização da legislação ambiental e o papel do Estado; a dinâmica de determinadas espécies e suas inter-relações; e a necessidade de conservação dos recursos naturais *versus* a busca de alternativas de uso sustentável dos recursos naturais.

Foi percebido o entendimento coletivo de que o empreendimento de ampliação do cais trata-se de um elemento positivo à região, com a geração de emprego e renda para a população local. Neste sentido, conforme previsto nas etapas futuras de licenciamento do empreendimento, a capacitação e contratação de mão de obra local para atuação nas obras e na operação do terminal ampliado se tornam fundamentais à potencialização deste impacto positivo, como também a construção de um trapiche, conforme reivindicação identificada.

Como forma de inclusão participativa e direcionamento de ações de gestão para as comunidades mais afetadas pelas atividades portuárias, os pescadores serão parte fundamental do acompanhamento no âmbito das ações do programa de educação ambiental e subprograma de educação ambiental, apoio e compensação à pesca artesanal, considerando a necessidade de construção de ferramentas de gestão ambiental voltadas ao contexto atual e cenários futuros, das condições de oferta de recursos pesqueiros na Baía de Antonina. Esse processo envolverá também o acompanhamento do monitoramento da pesca artesanal realizado pela APPA no âmbito das atividades de dragagem do canal de acesso e bacia de evolução ao porto. Tal medida está relacionada com o aproveitamento de possível interação entre os programas previstos para a ampliação do cais e aqueles já conduzidos no âmbito dos trabalhos da APPA, como forma de se evitar uma duplicação desnecessária de esforços.



**Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. - Ampliação do cais
Relatório de execução de oficinas junto às comunidades
pesqueiras para divulgação da obra de ampliação do cais**

Os resultados das atividades realizadas e aqui apresentados são embaixadores de ações específicas dos programas mencionados, integrantes do PBA da ampliação do cais. Ainda, durante a execução dos programas, serão realizadas novas atividades junto às comunidades de pescadores de Antonina, buscando manter sua participação e envolvimento ao longo de todo o processo de implantação do empreendimento e permitindo a avaliação da efetividade das medidas propostas.



5. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

DIEGUES, A. C. **As Populações Tradicionais**: conflitos e ambiguidades. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

DRUMOND, M. A. **Participação Comunitária no Manejo de Unidades de Conservação**: manual de técnicas e ferramentas. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Socioambiental, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.) et al. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo**. Educação: Porto Alegre, ano XXII, n. 37, p. 7-32, mar. 1999.

VALE JR, P. A. **A percepção da comunidade pesqueira da Vila dos Polacos – Antonina/PR, em relação à poluição dos recursos naturais**. 2006. 73p. Monografia (Especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.



6. ANEXOS

Anexo I – Cartaz de divulgação;

Anexo II – Panfleto de divulgação das atividades;

Anexo III – Slides utilizados durante a exposição dialogada;

Anexo IV – Listas de presença;

Anexo V – Folder com informações do empreendimento;


Anexo VI – Mapa utilizado para a atividade com pescadores (divisão dos bairros/comunidades) e produto cartográfico com representações realizadas pelos pescadores;

Anexo VII – Lista de pessoas contempladas nas abordagens individuais;

Anexo VIII – Modelo de volante para caixa de sugestões;



7. RESPONSABILIDADE

	Responsabilidade pela elaboração do documento
Razão social:	Assessoria Técnica Ambiental Ltda.
Nome fantasia:	Cia Ambiental
CNPJ:	05.688.216/0001-05
Endereço:	Rua Marechal José Bernardino Bormann, nº 821, Batel Curitiba, PR. CEP: 80.730-350.
Telefone/fax:	(0**41) 3336-0888
Telefone celular:	(0**41) 9243-4831
E-mail:	ciaambiental@ciaambiental.com.br
Registro do CREA:	PR-41043

Responsável técnico pelo documento:	Gustavo Oliveira Borges
Titulação profissional:	Biólogo
Registro profissional/visto:	CRBio 7ª região: 50444/07-D
Telefone:	(41) 3336-0888
Telefone celular:	-
E-mail:	gustavo.borges@ciaambiental.com.br
ART:	07-2435/16
CTF IBAMA	3156764

Responsável técnico pelo documento:	Marcela Thierbach Ruiz
Titulação profissional:	Bacharel em comércio exterior Mestre em gestão ambiental
Registro profissional/visto:	-
Telefone:	(41) 3336-0888
Telefone celular:	-
E-mail:	marcela.ruiz@ciaambiental.com.br
ART:	-
CTF IBAMA	3198270

Gustavo Oliveira Borges/Marcela Thierbach Ruiz